

A universidade argentina resiliente, novos cenários no horizonte?

MARTÍN UNZUÉ

Introdução

O sistema universitário argentino tem reunido uma série de características ao longo da história do último século. Lá, certos marcos, como a reforma universitária de 1918 ou as intervenções militares que se reiteraram com graus significativos de violência, particularmente após dos golpes de Estado de 1966 e 1976, lhe deram uma identidade que tomou sua atual forma desde finais de 1983, a partir da volta à democracia.

Essa identidade não significou um sistema homogêneo, nem sequer dentro do subsector mais importante, hoje constituído pelas 57 universidades nacionais. Porém, de fato algumas características como a gratuidade dos estudos de grau, o co-governo e a autonomia, se consolidaram em essas instituições. A autonomia é de singular relevância já que as universidades públicas argentinas parecem desdobrar um sentido forte em esse termo, ainda que nem todas as instituições têm as mesmas capacidades para o exercício.

A incorporação da autonomia universitária no texto constitucional, com a reforma de 1994, apesar de não ser original outorgou uma singular relevância no tema do colocamento no topo do sistema normativo¹.

Mas isso não significa que as universidades fogem do contexto sócio-político nacional ou das condições macroeconômicas, especialmente quando algumas das graves crises caíram no país em es-

tes tempos, como a hiperinflacionária de 1989/90 ou a crise sistêmica de finais de 2001; e com certeza é possível colocar na lista à atual de 2020², que tem movido profundamente, e de maneiras muito diversas, o funcionamento do sistema universitário.

Por isso as universidades argentinas têm mostrado uma grande resiliência na sua história mais recente.

Algumas características do sistema

O sistema universitário argentino é um sistema massivo que se caracteriza pelo seu alto nível de cobertura em termos de população e de geografia³, e pelo aumento na complexidade e na diversidade das instituições integrantes.

Destaca, no contexto regional, a predominância do subsistema público, maioritário no número de estabelecimentos mais do que na quantidade de estudantes (78% dos alunos de graduação pertencem a instituições estaduais).

A gratuidade dos estudos de graduação⁴, somada à ausência dos limites importantes para o ingresso às universidades nacionais⁵, se apresenta como um limite para o desenvolvimento de um sector privado na Educação Superior.

A máxima “ninguém vai pagar pelo que pode ter gratuitamente” tem funcio-

nado com relativo sucesso por algumas décadas, pelo menos desde 1958, quando as universidades privadas foram autorizadas para emitir títulos habilitantes.

O processo de neoliberalização de alcance global, que se tem consolidado localmente, começou a erodir essa ideia. O avanço da privatização nos níveis educativos prévios (primário e secundário), resultou um antecedente importante para permitir que o sector universitário privado crescesse na sua participação, pelo menos nas duas últimas décadas⁶.

Para alguns sectores sociais pagar pela educação se transformou em algo normal, é considerado consequência da degradação de serviços públicos que produzem a estendida crise fiscal. Isso gerou uma valoração do privado que não conhece no sistema universitário a mesma força que em outros sectores, mas que opera de modos tangenciais.

Dito isso, nem o subsistema público ou privado são homogêneos no seu interior, e os dois existem dentro de condições de funcionamento e de qualidades académicas diversas.

Podemos dizer, em termos gerais, que o sistema universitário argentino é predominantemente profissionalista. As licenciaturas chamadas “tradicionais”⁷ são ainda as mais escolhidas pelos ingressantes, em parte devido ao resultado de uma marca liberal que dificultou os intentos de orientação da matrícula, se baseando na definição da áreas de vagas ou do desenvolvimento estratégico⁸.

Esse sistema, então, e em especial o público, inscreve aos alunos com requisitos mínimos (tiver terminado os estudos de nível médio), o que se traduz como um alto nível de acesso à educação universitária em comparativa com outros países de desenvolvimento similar.

Diferente é aquilo que se vê na graduação, onde os níveis de deserção concentrados grandemente no primeiro ano pro-

duzem taxas de titulação baixas. Se tem estudado muito o fenómeno⁹.

Em relação à pós-graduação, os mesmos têm crescido fortemente desde finais dos anos 90, concentrados em especializações e mestrados de carácter profissionalizante. Nos últimos quinze anos esse processo também se verificou no nível dos doutoramentos, pelo menos em algumas disciplinas nas que não se tinha uma forte tradição de estudos doutorais e pós-doutorais, e que se consolidaram rapidamente.

Isso vai da mão com os processos de reorganização da chamada “carreira académica”, que está se produzindo desde os anos 90, e que conhece uma nova etapa a partir de meados da década passada¹⁰.

BOA PARTE DA CARREIRA ACADÊMICA TEM SE ORIENTADO A DESENVOLVER TAREFAS DE PESQUISA CIENTÍFICA PELA PARTE DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS.

As universidades, principalmente as públicas, tem sido e vão ser essenciais no sistema científico argentino, são o lugar de trabalho da grande maioria dos seus pesquisadores, têm papel de formadoras de novos científicos e, inclusive, ainda são as limitações no financiamento de esses trabalhos. Não obstante, a distribuição da pesquisa no sistema universitário argentino não é muito homogênea, se percebem certas concentrações do tipo de universidade e da disciplina.

Finalmente, podemos dizer que o sistema também se caracteriza pelo predomínio de docentes que não se dedicam de forma exclusiva às tarefas universitárias, ou que não o fazem desde uma casa de estudos só¹¹.

Isso varia fortemente no tipo de universidade e na disciplina, se apresenta como constante na grande maioria das instituições públicas e privadas, e resulta um importante limite.

As universidades argentinas durante o ciclo presidencial anterior

O governo conduzido por Mauricio Macri assumiu a presidência da Argentina em dezembro de 2015¹².

Trata-se de uma auto-refêrencia à “mudança de rumo”. O triunfo opositor, através de uma aliança de partidos sob o nome *Cambiamos (Vamos mudar)*¹³, propôs novamente várias das principais políticas que se tinham desdobrado nos anos prévios, e que incluíam as relativas à Educação Superior.

A partir de algumas das medidas económicas tomadas inicialmente¹⁴ se produziu uma aceleração na inflação existente. Isso se traduziu em uma desatualização, ou queda, em termos reais de orçamentos e salários do setor universitário¹⁵.

O resultado do segundo foi o aumento nas greves a partir de 2016, que começou um ciclo de fortes conflitos laborais ao longo de todo o período¹⁶.

Foram se adicionando, além, diversas subexecuções de partidas orçamentárias aprovadas, no geral vinculadas a diversos programas específicos interrompidos, deixando obras de infraestrutura demoradas, inacabadas ou canceladas.

Após de dois meses da assunção, o presidente ditou o decreto núm. 336/2016 que suspendeu a maior parte dos contratos entre o Estado nacional e as universidades públicas. Trata da reversão parcial de uma regra ditada em 2001¹⁷ que permitia ao Estado nacional contratar de forma direta com as universidades nacionais, e que tinha, por um lado, facilitado os processos de execução da assistência técnica, mas que além se compreendia como uma vantagem das universidades para capturar recursos surgidos das tarefas de assessoramento que o Estado contratou normalmente de modo terceirizado.

A leitura dos considerados do decreto clarifica seu espírito. Lá se sustém que é preciso modificar a política de contratação de pessoal por parte do Estado, apelando critérios de racionalidade e eficiência, mas também faz referência da transparência de essas contratações, se-meando uma sombra de dúvida sobre os mecanismos de controle e auditoria operantes em esses casos.

Como síntese, o governo suspendeu a absoluta maioria dos contratos vigentes com as universidades públicas,¹⁸ criou um registo para os que estiverem vigentes, e colocou nas mãos da Sindicatura Geral da Nação (SIGEN) a realização de uma grande auditoria sobre as contratações realizadas no último quadrimestre de 2015.

Poucos meses depois, um fiscal federal apresentou una denuncia penal massiva contra 52 universidades nacionais, quer dizer, quase a totalidade das universidades em funcionamento,¹⁹ para pesquisar a suposta malversação dos caudais públicos derivada dos convênios.

Essa sequência marcou a relação do sistema universitário com o governo assumido em dezembro de 2015: aos reclamos orçamentários seguiu a reclamação política pelas suspensões de convênios e subexecuções orçamentárias; assim como as denúncias na sede judicial. Paralelamente os sindicatos dos professores e do pessoal administrativo levaram adiante permanentes reclamações pela desvalorização dos salários.

Esso se estendeu no resto do sistema científico-tecnológico ainda que adquiriu visibilidade particular no caso do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CONICET), e que funcionou articuladamente com o sistema universitário, especialmente ao partilhar frequentemente pessoal, sedes e infraestrutura fundamental.

Após um período de forte crescimento do organismo, que se expressou com um

maior orçamento, foi inédito um aumento dos fundos para bolsas doutorais, pós-doutorais e para a contratação de pesquisadores que ingressou como pessoal de base no organismo²⁰, isso foi interrompido com a nova gestão governamental, que levou a um forte e alongado conflito desde finais de 2016.

A redução de vagas para postulantes que tinham sido recomendados pelas comissões avaliadoras deixou um estimado de 500 científicos sem ingresso no organismo, o que derivou em uma forte mobilização da comunidade científica e universitária que logrou uma importante visibilidade pública.

Lembremos que o tema da política no setor da ciência teve a particularidade de ser o único da gestão do novo governo que pretendeu segurar uma continuidade com seu antecessor, expressada na campanha eleitoral na que o candidato Macri manifestou em reiteradas oportunidades sua vontade de continuar com o apoio ao crescimento do setor científico como inédita continuidade do mesmo ministro da área perante a mudança de governo²¹.

Porém, próximo a iniciar o novo governo essas promessas não foram cumpridas. Assim, a finais de 2016, durante 2017 e inícios de 2018, os sucessivos conflitos orçamentários deram sítio a greves no setor científico e, inclusive, à reiterada toma pacífica da sede central do Ministério de Ciência e Tecnologia na reclamação por manter o número de ingressos ao CONICET previstos nos planos nacionais de ciência, assim como as bolsas doutorais, pós-doutorais e a atualização dos salários fortemente desvalorizados.

A resposta do governo perante o problema foi manter a posição de não incorporar aos científicos excluídos no ingresso a finais de 2016, ainda de tiver habilitado um mecanismo *ad hoc* para outorgar cargos docentes com dedicações exclusivas em universidades nacionais.

O lançamento do PRIDIUN, Programa de Incorporação de Docentes Pesquisadores às Universidades Nacionais, como modo de desarticular a crise, contemplou a quase totalidade dos candidatos relegados (480 altas), estabelecendo um mecanismo extraordinário que não vai ser repetido nos anos posteriores.

A solução que se deu à crise de 2016 não resultou ótima desde a perspectiva dos pesquisadores afetados, forçados a se mudar de uma carreira científica com processos claros de promoção a um cargo docente sem essa perspectiva; também não resultou para a ciência no geral devido à substituição de pesquisadores de tempo inteiro por professores pesquisadores universitários com obrigação nas duas funções.

Porém, para as universidades nacionais que acolheram esses pesquisadores desanimados significou a possibilidade pouco frequente de nomear docentes com cargos exclusivos, recebendo recursos para isso ainda de não poder de selecioná-los.

A falta de dedicações exclusivas no sistema universitário argentino recebeu uma resposta indireta, que, ainda de ser benéfica para o conjunto das instituições públicas, foi pouco significativa em número²², não teve continuidade em outros anos e não resultou de uma verdadeira vontade de fortalecer as capacidades de pesquisa das universidades, senão da urgência de fazer uma concessão pontual para silenciar um problema que gerava altos custos em termos de imagem do governo.

Pode se notar que as políticas de ajuste fiscal que apresentamos não tiveram impactos homogêneos ao longo do sistema universitário público. As vinculações políticas entre gestões universitárias e ministeriais, ou a visibilidade de algumas casas de estudos, lograram colocá-las relativamente à margem de certas restri-

ções, enquanto outras, em particular as universidades mais recentes no processo de consolidação, com a consequente expansão que implica ter muitas licenciaturas novas abrindo cursos cada ano para sua primeira graduação, o peso dos ajustamentos resultou muito mais significativo.

Um outro eixo das políticas implementadas para o sistema universitário foi o lançamento, a finais de 2016²³, do chamado Sistema Nacional de Reconhecimento Acadêmico de Educação Superior.

Foi um esforço por gerar mecanismos de integração e articulação entre as diferentes instituições do sistema, públicas e privadas, com o fim de avançar a futuros acordos de reconhecimento mútuo nos estudos.

O sistema se apresentou como uma adesão voluntária nas instituições em nome da autonomia (algumas ficaram na margem), e foi concebido como processo para desenvolver em um prazo de dois anos, nos que se ia trabalhar com os bons ofícios da Secretaria de Políticas Universitárias para facilitar os acordos interinstitucionais, assim como para elaborar um registo centralizado dos mesmos.

O esquema prometia, uma vez consolidado, a maior circulação de alunos entre instituições (universidades e institutos universitários) baseado no reconhecimento do que se chamou *Reconhecimento do trajeto formativo*, e que foi um tipo de sistema de créditos para que as eventuais mudanças de instituições nem só se simplificaram nos aspetos administrativos, senão também nos custos pelo não reconhecimento dos estudos feitos.

O sistema previu a mudança de instituição continuando a mesma carreira e, também, a mudança de carreira.

Ainda que a adesão formal resultou importante, com 75 universidades públicas e privadas, o avanço na letra pequena para a implementação desses reconhe-

cimentos foi muito menos promissor, acordando diversos tipos de perguntas que não ficavam claras na proposta. Quase três anos após do lançamento se firmaram 10 acordos e a SPU estimava que só se tinham 200 alunos usando o programa²⁴.

Finalmente, e como foi proposto, o sistema universitário argentino concentrou a maior parte dos seus alunos em instituições públicas gratuitas, o que algumas leituras do Sistema acharam que poderia ser uma porta para a transferência de estudantes de instituições públicas para as privadas, se baseando na grande agilidade para criar novas titulações que poderiam fazê-las atrativas.

Acerca das outras disposições que tenderam a incidir diretamente no funcionamento do sistema, podemos mencionar os tardios intentos por mudar o Programa de Incentivos para Docentes Pesquisadores em uma aposta por revitalizar a ferramenta, gerada no ciclo dos anos 90, que reconfigure os esquemas dos incentivos da carreira acadêmica dos professores pesquisadores universitários.

Em esse ponto, em abril de 2018, por resolução do Ministério de Educação²⁵, se decidiu abrir o procedimento de categorização aos docentes das universidades privadas.

Um ano depois, em abril de 2019, poucos meses antes do fim do mandato presidencial, se publicou no *Boletim Oficial* a normativa referida à criação de um Sistema Nacional de Docentes Pesquisadores Universitários (SIDIUN) que iria substituir o Programa de Incentivos com suas modificações.

O novo SIDIUM apresenta uma grande quantidade de perguntas, especialmente pelo processo fechado e a pouca comunicação com a comunidade universitária que o precede. Pode se ver no análise da norma que apaga em grande parte as distinções entre instituições públicas e privadas, como se fez com a resolução

de 2018, que cria um conselho assessor com uma forte representação do CRUP (Conselho de Reitores de Universidades Privadas)²⁶, o que previa que na futura definição das formas de implementação da norma se iria reproduzir a tendência geral de apoiar essas instituições de gestão privada.

Porém, assim como no Sistema Nacional de Reconhecimento Acadêmico, os aspectos necessários para sua implementação, mas que não se aclararam na norma, foram muito numerosos.

Enquanto se resolvia parte do problema da imprevisível data de abertura das categorizações para os docentes, estabelecendo um balcão permanente, não se dizia nada sobre os recursos para seguir com o processo nem sobre o orçamento do programa, já que sua finalidade original não era a simples categorização, senão o estabelecimento de um salário adicional para incentivar as tarefas de pesquisa dos docentes universitários.

Com o fim do mandato presidencial o tema fica, como os que foram referidos, sem uma clara definição.

É importante agregar que a produção de dados estadísticos, necessários para o estudo e a avaliação do funcionamento do sistema, também sofreu alterações e interrupções no período. A publicação das estadísticas universitárias sob a forma dos anuários deixou de se produzir com regularidade, e nos últimos dois anos se interrompeu a produção ou difusão de alguns dos principais indicadores do sector.

Finalmente, a redução da oferta de bolsas de pós-graduação em diferentes agências, somado ao desânimo pelo fechamento parcial da via de ingresso no CONICET, que se fez evidente após do alongado conflito citado, parece produzir um processo de desânimo que impacta os diferentes doutorados no processo de crescimento e consolidação, que ingresam em uma nova etapa na que não são

poucos os que podem ver seus números de estudantes, em geral e de bolsistas particulares, ser reduzidos.

Alguma coisa nova no horizonte?

Em esse cenário é que chegou a mudança de governo em dezembro de 2019, após da derrota da tentativa de reeleição do presidente Macri na primeira volta das eleições de outubro de 2019²⁷. A chegada de Alberto Fernández à presidência se apresenta como o fim do ciclo de governo descrito e abre um cenário de potencial reconstituição para algumas das políticas que se deram até finais de 2015.

Porém, iniciando o segundo semestre da nova gestão, e com a abrupta irrupção da pandemia mundial do COVID-19, que colocou entre parêntese boa parte da administração pública, tudo parece muito prematuro para poder analisar os rumos que vão tomar as políticas para o sector universitário nos próximos anos.

Como passou em outras múltiplas ocasiões na história argentina recente, as diversas urgências que achou o novo governo se mostraram com tal força que não permitiram desenvolver, por agora, uma clara agenda nos temas do sistema universitário.

A situação económica mostra uma forte recessão com altos níveis de desemprego, pobreza e inflação, com um grande endividamento público adquirido com altas taxas de interesse e com vencimentos muito concentrados a curto prazo. Isso resulta uma grande ameaça com potencial de condicionar toda a política pública do novo governo, especialmente nas importantes restrições orçamentais que prometem impor, inclusive nos horizontes mais benevolentes, o bem sucedido processo de renegociação de esses passivos cujos capítulos acontecem ainda no momento de escrever este artigo.²⁸

Isso foi somado à chamada pandemia de COVID-19 que ataca o planeta desde fi-

nais do primeiro trimestre do ano 2020 e que aprofunda a crise económica argentina com um grande aumento do déficit fiscal, produto do crescimento do gasto público de emergência, especialmente para segurar salários e empregos perante os fechamentos preventivos de boa parte da economia, misturado com a queda da arrecadação de impostos pelo menor nível de atividade.

O que também significou a detenção de boa parte da administração pública e das universidades.

Como aconteceu poucas vezes na história moderna, as universidades de todo o mundo interromperam suas aulas presenciais fechando grande parte das suas instalações e iniciando o processo de reorganização das tarefas de docência e pesquisa, e não podemos prever seu fim nem suas consequências. Em esse cenário as universidades argentinas acompanharam as disposições interrompendo a maior parte das atividades quotidianas e trasladando para modalidades virtuais uma parte significativa das tarefas docentes.

Assim, a pergunta pela nova realidade das universidades argentinas perante a mudança de governo remite hoje a um grande signo de interrogação em esse cenário de incerteza.

É claro que a disponibilidade de recursos significativos para as universidades não parece ser um cenário muito esperado no curto e médio prazo, não se podem esperar grandes inversões para o desenvolvimento do setor.

Em relação ao provável sentido das políticas da Educação Superior e da Ciência e Tecnologia só podemos fazer algumas deduções a partir de certos sinais, esboçados imperfeitamente até o momento.

O primeiro que pode se perceber como sinal é o que vai produzindo uma mudança na retórica para a universidade (especialmente para as públicas) e a ciência.

O novo presidente, Alberto Fernández, se preocupa de se apresentar constantemente como professor universitário de uma universidade pública, e inclusive de segurar essa atividade já assumido em funções.²⁹

Essa procura marca um contraste importante com o governo anterior, onde a maior parte do gabinete, e o próprio presidente, foram graduados de universidades privadas onde parecia se priorizar certa distância e desconfiança para o sistema público. O segundo eixo foi a nova retórica que apoia a ciência.

A antes degradada Secretaria de Ciência e Tecnologia recuperou o grau de Ministério com a assunção do governo o 10 de dezembro de 2019.

Pouco depois, em janeiro, se anunciou uma recomposição por etapas nos montantes dos estipêndios das bolsas doutorais e pós-doutorais que outorga o Estado Nacional através de diferentes organismos, reparando uma situação de fortes atrasos acumulados nos anos prévios.

Em fevereiro de 2020 se reorganizou, com mudança de nome incluído, a agora chamada Agência Nacional de Promoção da Pesquisa, do Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação, o que poderia se apresentar como uma aposta para dar um apoio financeiro maior à pesquisa.

Também em fevereiro se anunciou o incremento substancial do número de científicos que ingressaram na licenciatura de Pesquisador Científico do CONICET, passando dos 450 do ano precedente a 800 agentes para o 2020 (correspondente à convocatória 2019).

Porém, as restrições orçamentárias destacadas e o início da crise colocaram em suspenso outras iniciativas de maior importância: desde a atualização dos salários do pessoal CeT, até o reinício de numerosos investimentos em infraestrutura penderentes.

É possível achar o último sinal prévio à mudança brutal de cenário que produ-

ziu a irrupção da pandemia no discurso presidencial de abertura das sessões ordinárias do Poder Legislativo realizado o 1 de março de 2020, a menos de três meses da assunção e quase na borda da inesperada mudança de contexto que iria acontecer poucos dias depois³⁰.

Em esse discurso, tradicionalmente inscrito nos do tipo programático, o novo presidente destacou que encabeçava “um governo de científicos, não de CEO’s” para marcar uma forte diferença com seu antecessor. Após algumas semanas conformou um comité de expertos médicos e científicos de consulta permanente para assessorar o Poder Executivo na gestão da pandemia e a quarentena disposta.

Em relação às universidades do dito discurso o presidente anunciou perante a Assembleia Legislativa, de forma muito imprevista, sua intenção de “iniciar o debate” sobre uma nova Lei de Educação Superior.

O discurso não deixa claro o sentido do debate, além da reafirmação do papel das universidades na democratização do conhecimento, e aclara que a gratuidade e o ingresso irrestrito constituem seus pontos de partida, assim como insinua a vontade de fortalecer a vinculação das universidades com a comunidade e o setor produtivo.

O anúncio, que pode ser o mais significativo para o sistema universitário, o sinal principal do novo governo para atuar no tema e avançar em mudanças, não tem tido réplicas posteriores nem do presidente, nem no ministério correspondente.

A situação de excepcionalidade da pandemia parece tiver colocado em suspenso o início das muito postergadas discussões³¹.

Lembremos que a LES apresentada é a legislação vigente desde 1995 para todo o sistema de Educação Superior argentino.

Trata de uma norma que surgiu no auge pleno das políticas neoliberais e que

abriu a porta, com significativo sucesso, para uma série de reformas nas universidades que se tem consolidado no último quarto de século.

A norma tem sido objeto de inúmeras críticas, em especial após da crise de 2001-2002, o que levou a que nos primeiros anos do presente século todos os bloques partidários do Congresso da Nação tiveram seus próprios projetos de reforma da lei, mas realidade foi que nunca se alcançaram os consensos para avançar em essas mudanças.

Parece que se tem unanimidade para criticar a normativa, mas poucos acordos sobre como substituí-la, como pode se ver ao longo dos três mandatos presidenciais que ocorreram entre 2003 e 2015, onde apesar das críticas não se logrou avançar com uma nova lei para o setor.

A referência de Fernández, relativamente supressiva, mas além não retomada posteriormente, abre uma gama de possibilidades que, sem dúvidas, se logra sair da terra da retórica, vai ser o aporte central da nova gestão do sistema universitário.

Por agora só podemos dizer que em algumas questões como as referenciadas às formas de governo, ao funcionamento orçamental, aos mecanismos de ingresso à docência (especialmente nos concursos) e às de carreira acadêmica, o papel da pesquisa e a extensão, à internacionalização e a federalização, ou os debates sobre qualidade e acreditação, prometem enormes discussões e vão supor difíceis consensos, se é que se chega em eles.

Conclusões

A universidade argentina muda e demanda mudanças. São duas coisas diferentes. O primeiro é produto da sua própria complexidade que, impactada pela realidade, produz constantes transformações. A virtualidade à que a epidemia se tem mo-

vimentado em estes meses é um exemplo do primeiro. Mas uma demanda de mudanças precisa ser um processo mais profundo e mais refletido, não somente uma adaptação pontual.

Comprometer um debate sobre uma nova lei para o setor parece ir em sintonia com isso, supõe construir consensos difíceis que precisam surgir das leituras e os debates críticos sobre o que se faz e o que não se faz, sobre o que resulta desejável e o que merece resistência.

Os tempos mundiais não parecem ajudar muito. Ante o processo de transformação global da universidade, que a leva pelo caminho da sua mercadorização, a universidade argentina ficou relativamente na borda mais por imobilismo do que por uma decisão reflexiva e consensual. Abrir a porta a mudanças profundas,

em cenários de restrição orçamentário severo, pode ser ir em essa direção.

Por outro lado, pela aprendizagem das políticas públicas do setor é que, devido à alta autonomia do sistema, as mudanças não têm muitas probabilidades de se impor “desde acima”. É preciso construir consensos e acompanhá-los com incentivos para se produzirem.

O aperto no orçamento que se aproxima nos próximos anos não parece o melhor cenário para encarar essa negociação. Se o governo não conta com recursos económicos para premiar aos que realizam as mudanças definidas, é provável que as mesmas não se adotem, ou que só o façam as que gerem acordos nas universidades, que, pela heterogeneidade proposta, vão ser os mais conservadores.

Notas

1. No artigo 75, na subseção 19 da Constituição da Nação Argentina, notamos que a inclusão do tema nos textos constitucionais começou chegar de maneira frequente nas últimas décadas, como pode se ver no art. 3, na subseção VII da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos com a reforma de 1980, no art. 207 da Constituição da República Federativa de Brasil de 1988, no art. 69 da Constituição Política de Colômbia de 1991, ou no art. 18 da Constituição Política de Peru de 1993, por dar alguns exemplos. Porém, o exercício de essa autonomia parece mais forte na Argentina pelos modos nos que se têm feito em diferentes instâncias judiciais.
2. No primeiro semestre de 2020 podemos ver profundamente uma série de tendências económicas preocupantes. No primeiro lugar, os efeitos locais e mundiais da epidemia de Covid-19 que tem levado ao fechamento de boa parte da economia, e, paralelamente, uma nova crise de endividamento externo.
3. Os dados oficiais para 2016-2017, últimos disponíveis, apresentaram uma taxa bruta da universidade do 38,6% em um sistema com 131 instituições universitárias, onde o subsistema público tem presença em todas as 24
- jurisdições provinciais que integram o país (SPU, 2018). Para ver taxas brutas correspondentes aos cortes dos censos de 2001 e 2010 Fachelli e López-Roldán (2017).
4. Que tem uma extensa trajetória desde 1949, com algumas interrupções, mas que se consolidou nas últimas décadas. O tema está considerado na Lei de Educação Superior (24521) de 1995, e é reafirmado na Lei 27204 de 2015 (Lei de Implementação efetiva da responsabilidade do Estado no nível de Educação Superior).
5. Com exceção dos estudos de medicina que têm implantado em diversas instituições suas próprias estratégias de regulação dos que ingressam.
6. Barsky e Corengia (2018). A finais dos anos 90 o subsector privado capturou 15% dos estudantes universitários, o que fez que em menos de duas décadas sua participação se elevara quase o 50%.
7. As licenciaturas em Direito, Medicina, Contaduría pública, Administração de empresas e Psicologia.
8. São exemplos o Programa Nacional de Bolsas Bicentenario, lançado em 2009 para fomen-

- tar o estudo de licenciaturas científicas e tecnológicas, ou o Plano Estratégico de Formação de Engenheiros 2012-2016 que veio complementar parcialmente o primeiro.
9. Por exemplo Chiroleu (2009), García de Fanelli (2015).
 10. Marquina (2016), Claverie (2015).
 11. Os últimos dados da SPU correspondentes a 2016-2017 destacaram que 11,3% dos professores universitários têm dedicações exclusivas e 18,4% semi exclusivas, correspondentes a 40 ou 20 horas semanais respectivamente.
 12. O período presidencial de quatro anos se estendeu até dezembro de 2019.
 13. A aliança também está integrada pela União Cívica Radical, partido com forte ascendência sobre diferentes gestões de universidades nacionais.
 14. Uma desvalorização da moeda nacional de mais do 30% em um dia, mais a segurada política de redução de uma série de subsídios públicos às taxas de água, gás, eletricidade, significaram um importante aumento das mesmas (250% em algumas delas).
 15. Os cálculos apresentados pelo grémio Conadu destacam uma queda do poder aquisitivo nos salários dos professores entre dezembro de 2015 e dezembro de 2016, primeiro ano do novo governo de 8,28%.
 16. Ainda é necessário aclarar que obedecer muitas dessas medidas de força convocadas pelos grêmios universitários não foi homogênea.
 17. Uma seção do Decreto 1023/2001.
 18. Em esse momento se tinham 53 universidades públicas funcionando e duas criadas, mas ainda sem alunos. Das que desenvolveram atividades, a única que ficou no limite da denúncia foi a Universidade da Defesa Nacional, fundada em 2014 e dependente do Ministério de Defesa e não o da Educação.
 20. Trabalhamos esse tema em Unzué e Rovelli (2017) e Unzué e Emiliozzi (2017).
 21. O científico Lino Baraño, quem foi o Primeiro Ministro da área durante o anterior governo de Cristina Fernández (a partir de 2007 a área de Ciência e Tecnologia foi hierarquizada passando ao rango de ministério) tem o privilégio inédito de seguir no cargo durante o governo de Macri como signo evidente da vontade de continuidade. Apesar disso, e no meio da reestruturação geral de setembro de 2018, o próprio Macri voltou a Secretaria para o rango de Ministério com uma política mais aberta na redução de sua relevância.
 22. Os novos nomeados representam o 2% dos cargos da dedicação exclusiva existente, e o 0,25% do total de cargos docentes das universidades nacionais.
 23. Resolução Ministerial 1870 de 28 de outubro de 2016.
 24. Isso significaria o 0,01% do total de alunos universitários.
 25. Resolução Ministerial núm. 1016 com data de 13 de abril de 2018.
 26. A Comissão Assessora, estabelecida no artigo No. 9 da resolução, se integra com quatro representantes do Conselho Interuniversitário Nacional (CIN), dois do Conselho de Reitores de Universidades Privadas (CRUP), dois da spu e dois da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECYT).
 27. Macri é o primeiro presidente, desde a volta à democracia, que tenta sua reeleição sem sucesso.
 28. A inícios de junho de 2020 não se pode descartar nenhuma hipótese sobre esse ponto, mas fica claro que em qualquer cenário o endividamento com atores privados e com organismos multilaterais de crédito (especialmente o Fundo Monetário Internacional) vai condicionar as possibilidades de inversão futuras no setor universitário.
 29. Em uma certa sobre atuação concorreu várias vezes a ditar aulas à Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires no seu papel de presidente, o que foi grandemente coberto pela imprensa. Sobre esse tema da universidade como legitimadora da ação política trabalhamos em Unzué (2016).
 30. O decreto que estabelece o isolamento social preventivo e obrigatório se ditou o 19 de março para entrar em vigência no dia 20.
 31. Ainda que o tema tem sido inevitavelmente objeto de discussão com membros do Conselho Interuniversitário Nacional (CIN) e do CRUP.

Bibliografía

- Barsky, O. e A. Corengia comps. (2018). *La Ley de Educación Superior: impactos, desafíos e incertidumbres*. Buenos Aires: Teseco.
- Claverie, J. (2015). "Trabajo y condiciones de carrera para los docentes de las universidades nacionales de la Argentina. El problema de la movilidad" en *Trabajo y Sociedad*. Núm. 25. Invierno 2015, Universidad Nacional de Santiago del Estero, Santiago del Estero.
- Constitución de la Nación Argentina* disponible em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>
- Chiroleu, A. (2009). "La democratización del acceso a la universidad: de la ampliación de oportunidades a la inclusión". En A. Chiroleu y M. Marquina. (comp.). *A 90 años de la Reforma Universitaria: memorias del pasado y sentidos del presente*. RIEPESAL. San Miguel: Coedición ungs-Prometeo Libros.
- Decreto 1023/2001* disponible em <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1023-2001-68396>
- Fachelli, S. e P. López-Roldán (2017). *Análisis del sistema universitario argentino. Una propuesta inicial de indicadores*. Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelon. Disponible em <http://ddd.uab.cat/record/171528>
- García de Fanelli, A. M. (2015). "La cuestión de la graduación en las universidades nacionales de la Argentina: Indicadores y políticas públicas a comienzos del siglo XXI". Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, *Propuesta Educativa* 143; 6-2015; 17-31.
- Ley de Educación Superior 24521/95*. Disponible em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/25000-29999/25394/texact.htm>
- Ley 27204/15 De implementación efectiva de la responsabilidad del estado en el nivel de educación superior*. Disponible em <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27204-254825/texto>
- Marquina, M. (2016). *Yo te evaluó, tú me evaluás... Estado, profesión académica y mercado en la acreditación de carreras en la Argentina*. Buenos Aires, EUDEBA.
- Resolución Ministerial 1870 del 28 de octubre de 2016*. Disponible em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/265000269999/267158/norma.htm>
- Resolución Ministerial 1016 del 13 de abril de 2018*. Disponible em <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/181881/20180418>
- SPU (2018). *Síntesis de información de estadísticas universitarias*. Buenos Aires, Secretaría de Políticas Universitarias, Ministerio de Educación.
- Unzué, M. e L. Rovelli (2017). "Cambios, tendencias y desafíos de las políticas científicas recientes en las universidades nacionales de la Argentina", *Revista tla-melaua*. Año 11 Núm. 42 abril-septiembre 2017, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. Disponible em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-69162017000200242&lng=es&nrm=iso
- Unzué, M. e S. Emiliozzi (2017). "Las políticas públicas de Ciencia y Tecnología en Argentina: un balance del período 2003-2015", *Revista Temas y Debates*, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario. Año 21, Núm. 33, enero-junio 2017, disponible em: <http://www.temasydebates.unr.edu.ar/index.php/tyd/article/view/353>
- Unzué, M. (2016). *Los universitarios y la política*. Buenos Aires, Imago Mundi.